



Uma Revisão Sistemática das Pesquisas Realizadas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em Empresas do Setor de Saúde

A Systematic Review of Research Conducted on the General Law for the Protection of Personal Data in Companies in the Health Sector

Recebido: 17/12/2022 | Revisado: 20/12/2022 | Aceito: 24/09/2023 | Publicado: 25/09/2023

<https://www.doi.org/10.5281/zenodo.8376833>

Camilly de Lima Alves

Fatec Santana de Parnaíba

<https://orcid.org/0000-0001-7937-2015>

camilly.alves@fatec.sp.gov.br

Guilherme Henrique Braga de Souza

Fatec Santana de Parnaíba

<https://orcid.org/0000-0003-0800-4412>

guilherme.ghbds20@gmail.com

Bruno Pereira Miranda

Fatec Santana de Parnaíba

<https://orcid.org/0000-0002-9193-5551>

bruno.miranda15@fatec.sp.gov.br

Irapuan Glória Júnior

Fatec Santana de Parnaíba

<https://orcid.org/0000-0003-2973-3470>

ijunior@ndsgn.com.br

Resumo

A tecnologia vem avançando cada dia mais, e com ela, os ataques cibernéticos vem se tornando cada vez mais frequentes. Conforme o crescimento, é essencial que se tenha leis, que regulamentem a utilização das informações pessoais e dados sensíveis das pessoas. Desta forma, este estudo busca mostrar a dificuldade encontrada em materiais relacionado a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática. Os principais resultados obtidos foram pesquisas a respeito do tratamento de dados sensíveis, consentimento de uso dos dados e telemedicina. A contribuição para a teoria é apresentar os itens que foram pesquisados e carecem de aprofundamento para o entendimento de seus desafios. A contribuição para a prática é de alertar aos gestores sobre quais os principais desafios na implantação da LGPD no setor da saúde.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados, Segurança, Saúde, LGPD.



Abstract

Technology is advancing every day, and with it, cyber attacks are becoming more and more frequent. As it grows, it is essential to have laws that regulate the use of personal information and sensitive data of people. In this way, this study seeks to show the difficulty found in materials related to the General Law for the Protection of Personal Data (LGPD). The methodology used was a systematic review. The main results obtained were research on the treatment of sensitive data, consent to use data and telemedicine. The contribution to the theory is to present the items that were researched and need to be deepened to understand their challenges. The contribution to the practice is to alert managers about the main challenges in the implementation of the LGPD in the health sector.

Keywords: *General Data Protection Law, Safety, Health, LGPD.*

1. Introdução

Privacidade é algo que os seres humanos buscam a muito tempo, desde a sua concepção como algo que se opõe ao público, e remete ao que é de caráter reservado, Brandeis e Warren que foram os primeiros a falarem disso o definiram como *The right to be let alone*, que pode ser traduzido como O direito de ser deixado em paz (Warren & Brandeis, 1890). A privacidade está ligada a tecnologia da informação, fazendo com que os dados circulem de maneira rápida e insegura podendo afetar seus referentes (Santos, Cerqueira & Meneghetti, 2021).

Ainda que já estivesse na constituição brasileira desde 1988 sobre dados pessoais dos brasileiros, a discussão sobre proteção dos dados certamente foi marcada em 2013 pois, surge a primeira lei sobre uso de internet no país com direito a privacidade, confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais prestados ou coletados, inclusive por meio eletrônico, incrementado no decreto nº 7.962, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigo em 2019 Siqueira et al. (2022).

A segurança da informação tem como pilar três fundamentos, sendo eles integridade, disponibilidade e confidencialidade (Hintzbergen et al., 2018). Esses conceitos são essenciais para garantir que as informações estejam protegidas contra ameaças internas e externas.



Diante deste contexto, este trabalho possui como questão de pesquisa: "Quais as implementações realizadas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no setor de saúde?" Os objetivos são: (1) Identificar os artigos relacionados com a aplicação da LGPD no setor de saúde; e (2) Apresentar os focos das pesquisas dos artigos selecionados.

2. Referencial Teórico

2.1. Segurança da Informação

A segurança da informação contempla uma série de medidas de proteção, como, a implementação de controles de acesso, criptografia de dados, backups regulares, monitoramento de atividades suspeitas e treinamento de funcionários visando evitar a divulgação acidental de informações sensíveis (Couto et al., 2022).

A segurança da informação tem como pilar três fundamentos, sendo eles integridade, disponibilidade e confidencialidade (Hintzbergen et al., 2018). A integridade dos dados é essencial para a segurança da informação, significando garantir que os dados não sejam alterados de forma não autorizada ou corrompidos durante o compartilhamento ou armazenamento (Couto et al., 2022).

A disponibilidade tem como objetivo garantir que os dados possam ser acessados rapidamente quando necessário, independentemente da localização do usuário (ISO/IEC, 2013).

A confidencialidade garante que os dados não podem ser acessados por quem não tem a autorização, incluindo o uso de autenticação e autorização de usuários, criptografia de dados, controle de acesso físico aos equipamentos de computação e monitoramento de atividades suspeitas (Glória Júnior, 2022).

Se faz importante garantir que os dados sejam coletados, armazenados e processados de forma adequada, de acordo com as regulamentações e políticas de privacidade aplicáveis, com a implementação de controles de segurança para evitar perda, roubo ou divulgação de dados (Siqueira et al., 2022).



2.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

A lei Nº 12.964 de 23 de abril de 2014 alterada em 14 de agosto de 2018 renovada para Lei Nº 13.709 denominada por LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Brasil, 2018).

Com o surgimento da *General Data Protection Regulation* (GDPR) lei que foi proposta na Europa no ano de 2012 com o objetivo de aumentar o rigor sobre a proteção de dados que envolvem as identidades de cidadãos europeus, quando por fim entrou em vigor, seis anos depois, ela influenciou outros países a tomarem iniciativas semelhantes (Lorenzon, 2021).

Nos últimos anos, a segurança virtual se tornou uma preocupação crescente para empresas e usuários, devido ao aumento das ameaças virtuais. De acordo com uma pesquisa da empresa de segurança Kaspersky Lab em 2021, o Brasil é o país mais atingido por ataques de *phishing* na América Latina, com uma média de 44,4% dos usuários atacados.

A LGPD posteriormente de definir normas para garantir a privacidade e o uso de dados pessoais na internet impulsionou a criação de uma grande infraestrutura de segurança como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pela Lei nº 13.853 de 2019. Trata-se do órgão da administração pública federal, integrante da Presidência da República, cuja função é justamente garantir a observância à LGPD. De acordo com o inciso II do artigo 55-J, cabe à entidade observada pela proteção de dados pessoais e do sigilo protegidos por lei ou a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2 da lei (Souza, & Garcia, 2021).

Segundo o Art.52 da LGPD, os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional. O valor da sanção de multa diária



aplicável às infrações a esta Lei deve observar a gravidade da falta e a extensão do dano ou prejuízo causado e ser fundamentado pela autoridade nacional (Brasil, 2018).

2.3. Empresas do setor de saúde

As instituições do setor de saúde vendem produtos ou serviços que envolvem cuidados com a qualidade de vida das pessoas. Essa área no Brasil, abrange vários setores incluído farmacêuticas, fabricantes de insumos, equipamentos, planos, e o Sistema único de Saúde (Secretária do Estado de Saúde, 2022).

O Sistema único de Saúde (SUS) é garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196, por meio da Lei nº. 8.080/1990. Ele é o único sistema de saúde pública do mundo que presta serviço para mais de 190 milhões de pessoas, e 80% delas dependem apenas dele para ter atendimento. O governo separa anualmente um orçamento destinado ao setor. Esse dinheiro é utilizado para financiar os hospitais, construções de novas unidades, compra de equipamentos, médicos, enfermeiros e outros profissionais. (Secretária do Estado de Saúde, 2022).

Há organizações que oferecem diferentes tipos de serviço, desde laboratórios de exames até mesmo planos de saúde. Em 2019 no Brasil foram gastos R\$ 711,4 bilhões com o consumo final de bens e o serviço de saúde, correspondendo a 9,6% do Produto interno bruto (PIB), desse valor R\$ 283,6 bilhões (3,8% do PIB) foram de consumo do governo e R\$ 427,8 bilhões (5,8% do PIB) despesas de famílias e instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (IBGE, 2019).



3. Metodologia

Esta pesquisa possui natureza qualitativa (Theophilo & Martins, 2006), com o uso da metodologia de revisão sistemática (Kitchenham, 2004) com o intuito de identificar as pesquisas disponíveis a respeito da implementação da LGPD no setor de saúde.

3.1. Processos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados foram (Figura 1):

Passo 1: Definir os critérios para seleção. Foram estabelecidos os critérios a modo de ter um melhor aproveitamento e qualidade aos artigos atingidos.

Passo 2: Definir termos de pesquisa. A partir das definições encontradas na literatura, foram estabelecidos os termos e a criação da string de busca para o Engine do Google Scholar (www.scholar.google.com.br).

Passo 3: Selecionar os artigos: As consequências das buscas trouxeram artigos candidatos que eventualmente seriam utilizados, porém só posteriormente da utilização dos critérios de seleção resultariam nos objetos considerados na pesquisa.

Passo 4: Análise dos resultados. Ocorrerão a identificação das áreas aproveitadas e a quantidade de artigos sobre os Impactos da implementação da LGPD em uma empresa de saúde.

Passo 5: Apresentar os resultados. Foram dissertados os êxitos do progresso das pesquisas sobre os Impactos da implementação da LGPD em uma empresa de saúde e seus direcionamentos na academia.

Figura 1 – Procedimentos Metodológicos





3.2. Critérios de seleção

A revisão sistemática irá considerar:

- 1) O período de 2018 a 2022;
- 2) Utilizará apenas artigos científicos publicados, excluindo monografia, dissertação, tese, livros e qualquer outro artefato;
- 3) Documentos no formato PDF;
- 4) Apresente em seus textos conceitos sobre LGPD ligada ao setor de ortopedia;

3.3. Termos de Busca

O processo de criação da *string* foi iniciado com os termos de LGPD e saúde, culminando na *string*, conforme apresentado na tabela 1.

O termo implementação da LGPD foi desenvolvido com o intuito de documentar as regras estabelecidas sobre tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais. Entretanto, seus efeitos são amplos. (Aragão & Schiocchet, 2020). O termo de pesquisa em relação ao conceito não se estende a "implementação" devido à complexidade e gama de informações que são constituídos.

Tabela 1 – *String* de Busca Preliminar

Base	<i>String</i>
Google Scholar www.scholar.google.com.br	("LGPD" OR "Lei Geral de Proteção de Dados") AND ("Saude")

Devido ao retorno da pesquisa ser considerado um número muito expressivo, foi revista a busca da *string*. Conforme a Tabela 2, foram adicionados termos mais específicos na busca.



Tabela 2 – *String* de Busca Final

Base	<i>String</i>
Google Scholar www.scholar.google.com.br	("LGPD" OR "Lei geral de proteção de dados" AND ("saúde" OR "saúde")) AND ("implante cirúrgico" OR "crânio")

3.4. Artigos Selecionados

A pesquisa teve como base um total de 1.443 artigos, sendo utilizado apenas 6, conforme a tabela 3.

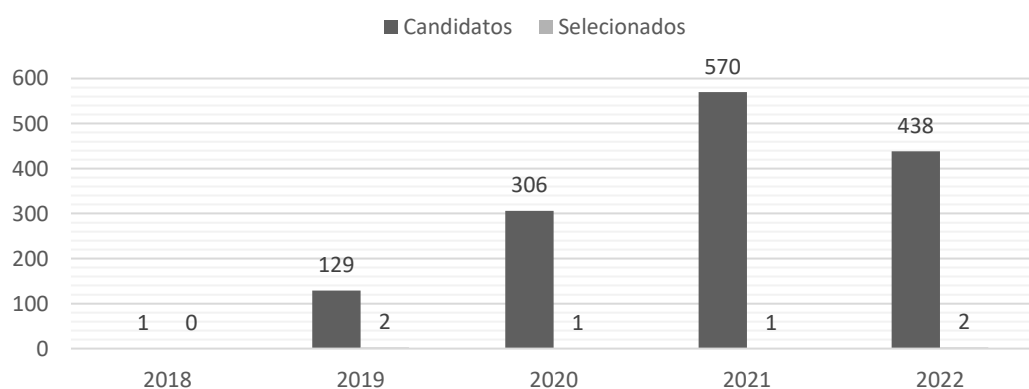
Tabela 3 – Base de Pesquisa

Base	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Google Scholar	01/00	129/02	306/01	507/01	438/01	1.443/05

3.5. Análise dos Artigos Selecionados

Com base na pesquisa pode ser constatado os índices crescentes relacionados à LGPD e o setor de saúde.

Figura 2 – Artigos Candidatos e Selecionados





4. Análise e Interpretação dos Resultados

Em virtude dos dados obtidos na pesquisa, pode-se considerar os índices crescentes em relação aos materiais pertinente a LGPD e seus os impactos.

Em abordagem a LGPD e o setor de saúde, há apenas 1 artigo correlacionado ao tema, em 2018, que não pode ser utilizado por não seguir os critérios de seleção que foram definidos.

No ano de 2019, houve um significativo crescimento no número de artigos publicados (129), como é abordado na figura 2, com a temática sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a implementação da lei, a confidencialidade dos dados, o tratamento de dados e a responsabilidade médico perante os dados de seus pacientes.

Dentre os períodos de 2020 e 2021, há uma parcela ainda maior de publicações respectivas ao objeto, com enfoque em sigilo das informações e LGPD. Todavia, utilizamos 1 de cada ano, com embasamento em dados sensíveis.

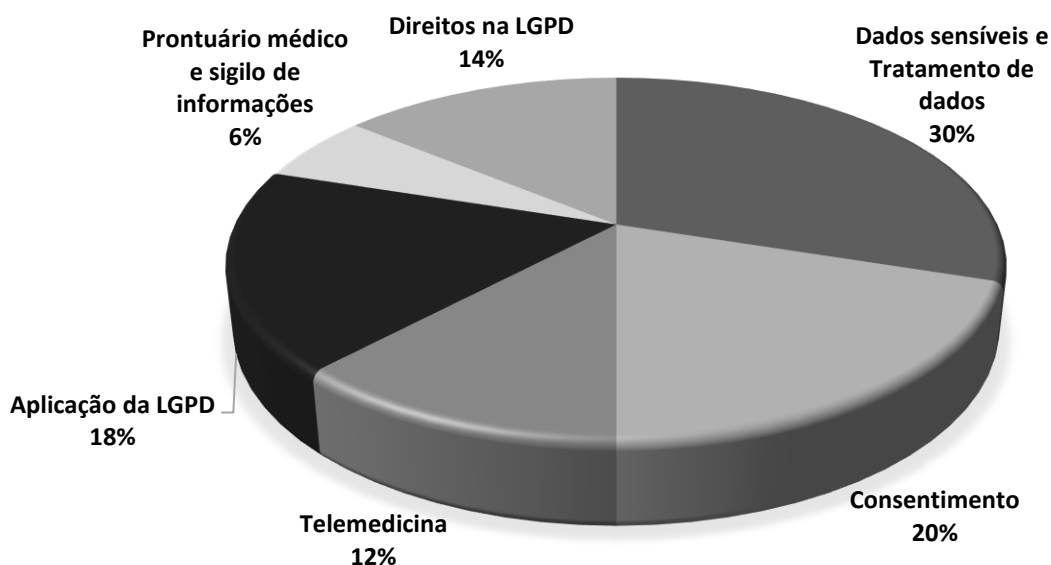
É importante ressaltarmos que no ano de 2022, houve uma queda nos materiais publicados e um aumento nos selecionados. Isso decorreu em comparação aos materiais publicados antes, durante e após o período pandêmico, consigna-se que os materiais que foram publicados após o período da pandemia, possuem mais consistência em suas bases de pesquisas, seja ela científica e com conteúdo mais coerente e proposta definida e defendida desde o início.

4.1 Análise e Interpretação dos Resultados

Na abordagem de LGPD e do setor de saúde, há uma variedade de focos de estudos relacionadas conforme apresentado no Gráfico 2, em que o menor índice analisado é o sigilo de informações em prontuários médicos (6%), seguido pelo segundo menor índice que é telemedicina (12%). Logo, em seguida, conseguimos analisar que os direitos à LGPD (14%) é o terceiro índice abordado pelos focos de estudos. A aplicação da LGPD (18%) prosseguindo em quarto foco, com a abordagem em proteger os direitos

fundamentais de liberdade e de privacidade. O penúltimo é o consentimento (20%) dando enfoque da concordância dos tratamentos de dados sensíveis. E por último dados sensíveis e tratamento de dados (30%) onde é abordado os dados pessoais das pessoas.

Figura 1 – Focos de Estudo dos Artigos Seleccionados



5. Considerações finais

Considerando os fatos mencionados e a definição de privacidade de Brandeis e Warren, bem como os principais artigos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os tipos de ataques cibernéticos, conclui-se que a falta de implementação da LGPD pode ter impactos significativos em empresas de saúde.

A ausência de literatura acadêmica sobre o tema ressalta a importância do conteúdo deste artigo para garantir a proteção de informações sensíveis e promover a segurança dos usuários.

As respostas dos respondentes confirmaram que a empresa em questão não cumpre todos os artigos da LGPD, o que a expõe a riscos jurídicos e processos de clientes e funcionários. A não conformidade com a legislação pode resultar em perda financeira e



é fundamental que todas as empresas que lidam com dados pessoais estejam legalmente em conformidade e ofereçam alto nível de segurança para proteger seus usuários.

Portanto, é imprescindível que os clientes e funcionários confiem que suas informações pessoais estão seguras e protegidas, o que contribuirá para o fortalecimento da reputação e da sustentabilidade financeira da empresa.

Referencial Bibliográfico

- ANPD (2022) Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>. Acesso em 08 de junho de 2022.
- Blumberg, P. (2021). 74% das empresas brasileiras não estão preparadas para a LGPD. Disponível em: <https://lcpdbrasil.com.br/84-das-empresas-brasileiras-nao-estao-preparadas-para-a-lcpd/>
- Brasil, Lei Geral de Proteção de Dados, 2018, Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/lcpd#:~:text=A%20Lei%20Geral%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o,da%20personalidade%20de%20cada%20indiv%C3%ADduo.>
- Costa, J. M. & Rosa, S. O. (2021). Lei geral de proteção de dados Aplicada à saúde. *Humanidades & Inovação*, 8(45), 136–143. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4183>
- Couto, K. S., Amorim, Y. R., Lima, K. M., & Glória Júnior, I. (2022). Os Três Pilares da Segurança da Informação na Internet Chinesa. *Journal of Technology & Information (JTnI)*, 2(2). Disponível em: <http://www.jtni.com.br/index.php/JTnI/article/view/41/42>
- Couto, K. S., Lima, K. M., Amorim, Y., & Glória Júnior, I. G. (2022). A Adequação de uma Associação Comercial à LGPD: Um Estudo de Caso. *Journal of Technology & Information (JTnI)*, 2(3). <http://www.jtni.com.br/index.php/JTnI/article/view/48/48>
- Glória Júnior, I. (2022). Mitigação de Ataques de SQL Injection em um Projeto de Tecnologia da Informação em Ambiente WEB. *Journal of Technology & Information (JTnI)*, 2(4). Disponível em: <http://www.jtni.com.br/index.php/JTnI/article/view/49/49>
- Hawryliszyn, L. O., Coelho, N. G. S. C., & Barja, P. R. (2021). Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): O Desafio De Sua Implantação Para A Saúde. *Revista Univap*, 27(54). Disponível em: <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v27i54.2589>
- Hintzbergen, J., Kees Hintzbergen, André Smulders, & Baars, H. (2018). *Fundamentos de Segurança da Informação*. Brasport.



- IBGE (2019) Instituto Brasileiro Geografia e Estatística: Despesas com saúde em 2019 representam 9,6% do PIB. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33484-despesas-com-saude-em-2019-representam-9-6-do-pib>
- ISO - International Organization for Standardization. (2019, August 6). ISO/IEC 27001:2013. ISO. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/54534.html>
- Legislação (2023). Governo Digital. Retrieved March 24, 2023, Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/>
- Lorenzon, L. N. (2021). Análise Comparada Entre Regulamentações De Dados Pessoais No Brasil e na União Europeia (LGPD E GDPR) e Seus Respetivos Instrumentos de Enforcement. Revista Do Programa de Direito Da União Europeia, 1, 39–52. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rpdue/article/view/83423/79192>
- Rapôso, C. F. L., Lima, H. M. de, Junior, W. F. O., Silva, P. A. F., & Barros, E. E. S. (2019). LGPD - Lei Geral De Proteção de Dados Pessoais Em Tecnologia da Informação: Revisão Sistemática. RACE - Revista de Administração Do Cesmac, 4, 58–67. Disponível em: <https://doi.org/10.3131/race.v4i0.1035>
- Santos, M., Cerqueira, N., & Meneghetti, R. (2021). Anonimização de dados como garantia ao direito à privacidade na internet das coisas (Internet of Things-IoT). ACTA de Estudos Interdisciplinares, 3(1). Disponível em: <https://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/aei/article/view/161>.
- Silva, E. P., & Cardoso, C. (2022). relações entre arquivologia e a Lei Geral de proteção de Dados. P2P e Inovação, 8(2), 141–159. Disponível em: <https://doi.org/10.21721/p2p.2022v8n2.p141-159>.
- Silva, R. D., & Borges, L. (2021). A Implementação Da Lei Geral de Proteção de Dados: Um estudo de caso sobre a LGPD na cooperativa de crédito na cidade de Franca-SP. Revista Eletrônica de Computação Aplicada, 2(2). Disponível em: <https://periodicos.unifacf.com.br/index.php/reca/article/view/2308>.
- Siqueira, L., Martins, J. E. G., Nascimento, B. M., Albuquerque Filho, O. P., & Glória Junior, I. (2022). Adoção da LGPD Ao Armazenamento de Dados Médicos Confidenciais. Journal of Technology & Information (JTnI), 2(2). Disponível em: <http://www.jtni.com.br/index.php/JTnI/article/view/40/39>
- Warren, S. D., & Brandeis, L. D. (1890). The right to privacy. Harvard Law Review, 4(5), 193-220. Al-Fedaghi, S. S. The "Right To Be Let Alone" And Private Information. Enterprise Information Systems VII, 157–166. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5347-4_18